



Desenvolvimento regional transfronteiriço: desafios da saúde e educação

Gilson Batista de Oliveira (Brasil)¹

Gustavo Oliveira Vieira (Brasil)

Manoela Marli Jaqueira (Brasil)

Petterson Eduardo Souza Gherlandi (Brasil)

Virginia Ruiz de Martín Esteban Martínez (Espanha – Brasil)²

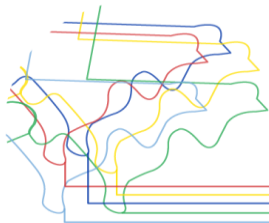
Introdução

O presente texto é resultado do projeto de pesquisa “Desenvolvimento Regional Transfronteiriço Brasil-Paraguai”, desenvolvido no NAPI-Trinacional, da Fundação Araucária, cuja finalidade é compreender a dinâmica da transfronteirização do desenvolvimento na região binacional que abarca Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este*, *Presidente Franco* e *Hernandarias* (Paraguai) – doravante denominada Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai. A comunidade do território está situada em mais de um país, o que gera múltiplas implicações, desafios e oportunidades. As relações econômicas, culturais e sociais cotidianas na fronteira do Brasil com o Paraguai são as mais expressivas para ambos os países e configuram uma região trinacional, com características peculiares e compartilhadas.

Vivencia-se, na região, um nível profundo de interações sociais, econômicas e culturais que permitem a abordagem enquanto universo próprio nos estudos sobre o desenvolvimento. Em específico, na abordagem de um *Desenvolvimento de delimitação Regional e, simultaneamente, Transfronteiriço*. O objetivo deste capítulo é evidenciar o impacto da transfronteirização sobre as relações cotidianas, notadamente nas áreas da Educação e da Saúde, por ter se optado priorizar, inicialmente, pois são setores essenciais no desenvolvimento social e pelo potencial de desvelar. Esse trabalho é o resultado parcial do projeto de pesquisa de natureza qualitativa, cuja investigação de campo foi feita com entrevistas semiestruturadas com

¹ Nossos agradecimentos à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná pelo financiamento da pesquisa.

² A coautora é espanhola e possui autorização de residência permanente no Brasil.



os agentes representativos dos setores da educação e da saúde atuantes na cidade de Foz do Iguaçu (Brasil). Para tratamento das respostas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo.

Assim, no intuito de cumprir o objetivo, dividiu-se a pesquisa em três partes. Primeiro, no tópico 2, faz-se uma caracterização da Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai. Depois, no tópico 3, apresenta-se a metodologia aplicada para desenvolvimento do trabalho e tratamento das respostas coletadas. Por fim, no tópico 4, é feita a transcrição e a análise dos resultados a partir das respostas dos entrevistados que atuam nas áreas de Educação e Saúde.

Educação e Saúde compõem eixos estruturantes do desenvolvimento e evidenciam desafios significativos impostos pela realidade transfronteiriça da região para a sua comunidade, tanto para o setor público-estatal quanto para o setor privado.

A região transfronteiriça Brasil-Paraguai

Uma região transfronteiriça configura um território único, com fortes relações sociais, culturais e econômicas interdependentes e não respeita delimitações legais do espaço geográfico onde está localizada. A definição de região transfronteiriça pode ser enquadrada no conceito de região de Markusen, que trata a região como expressão dos conflitos e relações sociais existentes. Assim, fazendo analogia com a proposição da autora, uma região transfronteiriça deve ter “[...] uma sociedade determinada historicamente, territorialmente contígua, que possui um ambiente físico, um ambiente socioeconômico, político e cultural e uma estrutura espacial diferenciada de outras regiões e de outras unidades territoriais maiores, cidades e regiões” (MARKUSEN, 1987, *apud* ROLIM, 1999, p. 3).

Embora uma região transfronteiriça possua delimitações físicas impostas pelos Estados Nação das cidades fronteiriças, ao tratar a região como fruto de suas relações sociais, admite-se que os problemas individuais não respeitam delimitações legais do espaço geográfico em que estão inseridas, tampouco as dinâmicas locais são atendidas pelas competências dos entes estatais e subestatais.

A região [e por analogia, a região transfronteiriça] não pode ser vista apenas como um fator geográfico, mas como um ator social, como elemento vivo, do processo de planejamento. O Estado é quem estabelece as regras do jogo e a região é a parte negociadora, que deve se inserir nos mecanismos de decisão



Desenvolvimento regional transfronteiriço: desafios da saúde e educação

Gilson Batista de Oliveira, Gustavo Oliveira Vieira, Manoela Marli Jaqueira, Petterson Eduardo Souza Gherlandi, Virginia Ruiz de Martín Esteban Martínez

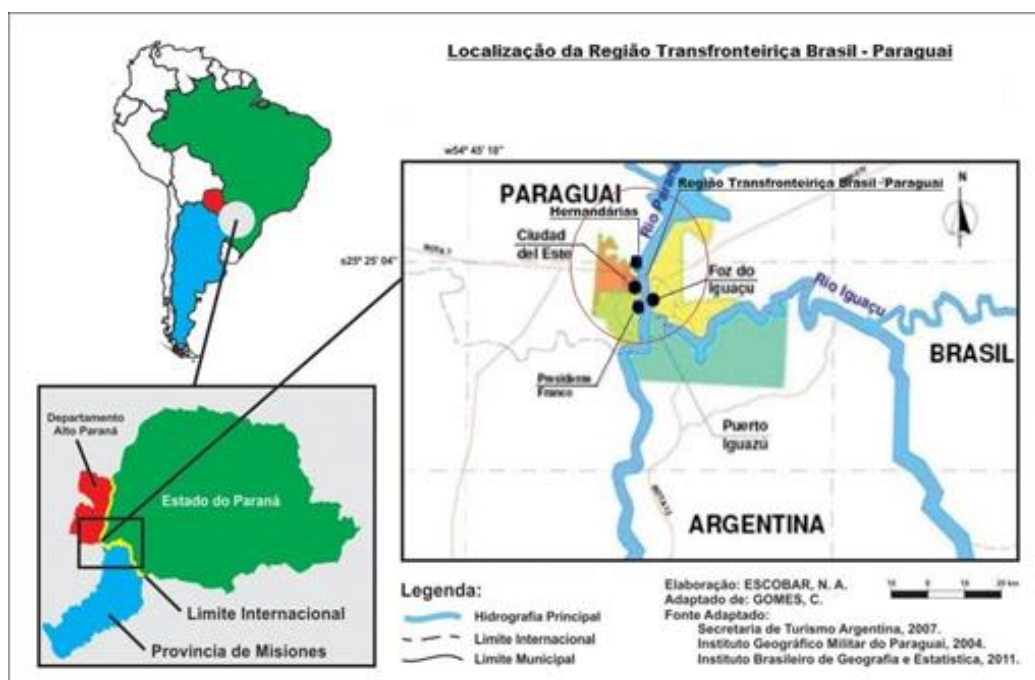
para fazer acordos, transações, dirimir conflitos, por fim, deve ter a capacidade de transformar o impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento com inclusão social (OLIVEIRA; SOUZA-LIMA, 2003, p. 36).

Assim, com essa definição, para estudar uma região transfronteiriça deve-se focar nas relações sociais que influenciam nas transformações territoriais e socioespaciais das cidades componentes. Para efeito deste trabalho, relações sociais serão denominadas como relações fronteiriças.

Caracterização da Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai

A Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai situa-se no seio da Bacia do Prata, área geopolítica relevante nos diferentes ciclos de ocupação humana do território e estratégica enquanto eixo logístico histórico, do caminho indígena do Peabiru às conexões interoceânicas multimodais contemporâneas. A Região é caracterizada por uma malha urbana contígua, tendo a separação dos territórios nacionais pelo Rio Paraná e articulados pela Ponte da Amizade, com comportamentos econômicos, culturais e sociais com forte grau de interdependência, configurando um só território, um só espaço, uma só região (Figura 1).

Figura 1. Localização da região transfronteiriça Brasil-Paraguai



Fonte: Figura adaptada de Drummond (2019).



Trata-se de uma região marcada por significativas transformações territoriais, a partir da realização de duas grandes obras realizadas pelos estados do Brasil e do Paraguai (Ponte Internacional da Amizade, em 1965, e Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional, fundada pelo Tratado de Itaipu, de 1973), que determinaram em grandes linhas a ocupação socioespacial dos municípios de Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este*, *Presidente Franco* e *Hernandarias*, bem como suas relações econômicas, culturais e sociais (COSTA *et al.*, 2020; MONSORES; OLIVEIRA, 2020).

Segundo estimativas do IBGE (2021) e do INE (2019), a Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai tem uma população de, aproximadamente, 747 mil habitantes, para uma área total de 1.086,701 km², com densidade demográfica de cerca de 687 habitantes/km².

Nas cidades da Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai, a dinâmica das relações cotidianas ultrapassa as delimitações legais estabelecidas no âmbito dos Estados Nação. Por isso, para que haja uniformidade no processo de desenvolvimento local, é preciso que as instituições e os agentes das cidades busquem a cooperação como fator determinante³, pois a geração de renda local é favorecida pela proximidade das cidades que possibilitam intenso fluxo de bens, serviços e de capital de forma cotidiana, configurando fortes relações transfronteiriças, principalmente, nas áreas da saúde e da educação (GHERLANDI; AGUIAR, 2021; FEITOSA; MARTINS; JAQUEIRA, 2020).

Aspectos metodológicos

Optou-se por fazer uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, a partir de trabalho de campo, com realização de entrevistas semiestruturadas com os agentes representativos dos setores da educação e da saúde, tanto público quanto privado, previamente escolhidos. Foram atendidos os preceitos éticos estabelecidos para as ciências sociais, conforme estabelece a Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que desobriga a necessidade de autorização prévia e registro no sistema CEP/CONEP (Comitês de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional

³ A cooperação transfronteiriça é um instrumento político fundamental para o desenvolvimento econômico e social, a governança democrática e a inserção internacional de áreas que, geralmente e na maioria dos casos, têm sido consideradas periféricas pelos próprios Estados. A necessidade de articular a integração regional com o desenvolvimento local evidencia a urgência de gerar ações capazes de promover processos convergentes de forma reticular, tanto em nível institucional quanto econômico, para as áreas de fronteira (ODDONE, 2015, p. 18-19) [tradução nossa].



de Ética em Pesquisa) das pesquisas de opinião pública com participantes não identificados.

A pesquisa ocorreu com agentes das áreas da Saúde e da Educação, na cidade de Foz do Iguaçu, com entrevistas semiestruturadas no formato presencial, por meio de videoconferência ou com formulário *online*, com uso de um roteiro com perguntas norteadoras. Não obstante, a pesquisa com os agentes atuantes na cidade brasileira permite traçar um cenário representativo da região transfronteiriça, pois os fluxos de serviços em Foz do Iguaçu são afetados pela demanda da população residente nas cidades paraguaias de *Ciudad del Este*, *Presidente Franco* e *Hernandarias*, devido às possibilidades geradas pela localização e pela proximidade com a fronteira.

Assim, no eixo da Educação, buscou-se contextualizar em números o panorama da área na cidade de Foz do Iguaçu e, em um segundo momento, apresentar alguns desafios e projetos já realizados ou em andamento que visaram lidar com os desafios do setor educativo, a fim de atender a demanda e as especificidades das instituições de ensino localizadas na fronteira.

Já no eixo da Saúde, a coleta foi realizada entre outubro e dezembro de 2021, com o total de 11 participantes, de ambos os sexos, profissionais e/ou gestores da saúde, residentes no município de Foz do Iguaçu, Paraná. Do total das entrevistas, nove foram no formato presencial e duas por meio de formulário online. Todos os entrevistados concordaram com sua participação, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após a transcrição das entrevistas, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo descrita no trabalho de Bardin (1977): i) etapa de pré-análise, com leitura e edição das transcrições das falas dos entrevistados; ii) etapa de exploração do material para definir as categorias de análise para tratar os resultados, conforme os objetivos da pesquisa; e iii) etapa de categorização das informações coletadas para homogeneizar as respostas coletadas para viabilizar a interpretação dos resultados.

A pesquisa de campo, em ambas as áreas, ocorreu entre os meses de setembro de 2021 e abril de 2022. Não obstante, na descrição e análise das entrevistas com os agentes atuantes na área da saúde, é utilizada a sigla Pr (1, 2, 3, ...) ⁴ para identificar os profissionais e, desta forma, assegurar o anonimato dos agentes entrevistados.

⁴ PR: Profissional da Saúde Entrevistado (Pr1, Pr2, Pr3, etc.). Pesquisa de campo realizada entre setembro de 2021 e abril de 2022, em Foz do Iguaçu/Paraná.



O cotidiano das relações transfronteiriças Brasil-Paraguai nas áreas de educação e saúde

No cotidiano das relações transfronteiriças, o sujeito transfronteiriço é aquele cidadão residente de um lado da linha de fronteira, mas que participa de ações cotidianas no outro lado (RUIZ, 1996; VIEIRA, 2019b). Nos subtópicos a seguir, faz-se a caracterização dessas relações entre os residentes das cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este*, *Presidente Franco* e *Hernandarias* (Paraguai) que se deslocam por motivos de saúde e educação para o lado brasileiro ou vice-versa, a modo de descrever os fluxos de serviços públicos e privados, tanto do paciente transfronteiriço quanto do estudante transfronteiriço. O setor da saúde apresenta os resultados e a discussão das entrevistas feitas com alguns agentes chave selecionados e, no setor educacional, busca-se apresentar projetos já implementados juntos às escolas e instituições de Ensino Superior de Foz do Iguaçu, a fim de auxiliar nas demandas multiculturais específicas do território que se apresentam como um desafio para a Educação.

Contextualização da educação na Fronteira entre Brasil-Paraguai

A posição geográfica da cidade de Foz do Iguaçu estabelece dinâmicas socioculturais distintas que resultam em condições peculiares que refletem na Educação. O município se caracteriza pela pluralidade de idiomas e relações socioculturais advindas do trânsito de indivíduos pelas fronteiras internacionais do município, marcado pela presença de migrantes e fronteiriços.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2021), a taxa de escolarização do município, entre crianças e adolescentes de 06 a 14 anos de idade, é de 96,4%⁵. No ano de 2019, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁶ nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública foi de 7,1 e nos anos finais do ensino fundamental da rede pública foi de 5,0. As séries iniciais, no ano de 2019, ficaram acima da média brasileira, que é 5,9, mas, nas séries finais, tecnicamente, o município ficou na média nacional, que é de 4,9.

⁵ Dados referentes ao Censo de 2010, tendo em vista que, devido à pandemia de COVID-19, o novo Censo brasileiro ainda não foi realizado (IBGE, 2021).

⁶ O IDEB reúne em um indicador os resultados de duas dimensões de qualidade da educação: o fluxo escolar e o desempenho nas avaliações.

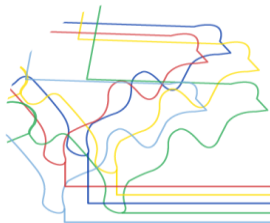


No que se refere ao número de escolas (ensino fundamental e médio) em Foz do Iguaçu, em consulta ao sítio eletrônico da Secretaria de Educação do Paraná, identificou-se que a cidade conta com 89 escolas municipais, 31 escolas estaduais, 56 escolas privadas e um Instituto Federal (que também oferta cursos de ensino superior). No âmbito do ensino superior, a cidade conta com cinco faculdades privadas, dois centros universitários (um particular lucrativo – UDC – e um filantrópico – Uniamérica), um *campus* de universidade estadual (UNIOESTE) e uma universidade federal (UNILA), além daqueles que oferecem apenas cursos a distância.

A cidade de Foz do Iguaçu possui, de acordo com os dados da prefeitura, cerca de 80 grupos étnicos, são eles: chineses, japoneses, paraguaios, argentinos, alemães, italianos e a segunda maior comunidade siriolibanesa do Brasil. Os diferentes grupos migratórios dão à cidade o caráter de um lugar multicultural e diversificado: a Foz do Iguaçu *intercultural* (OLIVEIRA; HLENKA, 2017). Essa característica intercultural repercute nas matrículas. Na época, eram mais de 355 (trezentos e cinquenta e cinco) alunos matriculados no ensino fundamental, de países vizinhos, como Argentina e Paraguai, e de diversos outros países, como: Peru, México e Espanha, entre os mais destacados no ano de 2019 (DINIZ-PEREIRA; TALLEI, 2021). Essa característica transformou o cenário educacional na região e o número de estudantes transfronteiriços paraguaios (não somente) é importante e deve ser considerado para as políticas educacionais da região.

Além disso, no que diz respeito ao Ensino Superior, na última década, não apenas a cidade de Foz do Iguaçu, mas, também, as cidades paraguaias de *Hernandarias*, *Ciudad del Este* e *Presidente Franco* foram, aos poucos, tornando-se palco para a criação de um polo universitário em ascensão. No Paraguai, houve, a partir de 2015, um *boom* de faculdades de Medicina – fala-se em mais de 20 mil estudantes brasileiros. Em Foz do Iguaçu, a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana movimentou a região, com a abertura de 29 cursos de graduação, 12 mestrados, um doutorado e cinco especializações, promovidos por quase 900 trabalhadores em Educação, docentes e não docentes, e 6 mil estudantes. Tal movimento trouxe aumento de população, de diversidade internacional e de oportunidades de interação acadêmica e pesquisas que têm modificado o cotidiano da fronteira (WEBBER, 2018; H2FOZ, 2018; UNILA, 2022).

Os desafios da educação na fronteira se apresentam, também, nas mais diversas frentes. A educação é perpassada por questões relativas à operacionalização dos



estudos, no ir e vir pela fronteira e por questões burocráticas e culturais que caracterizam a educação transfronteiriça. Nesse sentido, a partir das entrevistas e da leitura de relatos de experiência, bem como outros estudos, identificamos pelo menos três grandes temáticas que agrupam os maiores desafios da região para a educação. Seriam elas: 1) o trânsito, ou mobilidade, de estudantes e educadores transfronteiriços pela fronteira; 2) a questão do multilinguismo nas salas de aula; e 3) as dificuldades de compatibilização dos diferentes sistemas educacionais, expressas pelas limitações no reconhecimento de créditos e de diplomas e pelo ensino diferenciado de conteúdos semelhantes.

Por outro lado, assim como se observam desafios também se encontram oportunidades de cooperação diante de projetos e processos já em execução, como é o caso dos três Acordos sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, que contemplam a região; e projetos de extensão universitária, bem como ações de educação não formal que contribuem como outras formas de educação da fronteira para a fronteira.

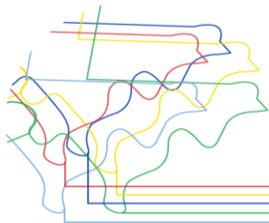
Desafios da Educação na Fronteira

Os principais desafios evidenciados para a área de educação dizem respeito aos deslocamentos cotidianos na fronteira (trânsito), o bilinguismo e o multilinguismo, os desafios da validação e reconhecimento dos diplomas e os desafios criados a partir dos Acordos sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas.

Trânsito transfronteiriço: todos os níveis educacionais

No tocante à mobilidade para fins educacionais, observa-se uma intensidade no fluxo de pessoas que atravessam a Ponte da Amizade com fins de estudo. Em um estudo antropológico sobre os estudantes de medicina brasileiros que se formam nas cidades de fronteira do Paraguai, a autora destaca o papel central que as vans escolares possuem no cotidiano dos estudantes: “A van, mais do que falada, era vivida. Muitas vezes espaço para o descanso ou revisão de assuntos das entregas, era um local de segurança, de compartilhamento. Todos estavam na mesma direção e situação” (WEBBER, 2018, p. 118).

Segundo Webber (2018), estudantes de diferentes perfis e idades, incluindo menores de idade que cruzam a fronteira de forma irregular para estudar, o fazem, entre outros, para não precisar morar no Paraguai, acreditando que a cidade brasileira da fronteira tenha mais estrutura, além do vínculo cultural com o país natal. Do mesmo modo, em entrevistas realizadas por nosso grupo de pesquisa, identificou-se



que muitos moradores do Paraguai também fazem o caminho da fronteira, indo de *Ciudad del Este*, *Hernandarias* ou *Presidente Franco* para Foz do Iguaçu, a fim de estudarem em escolas particulares ou universidades públicas e privadas brasileiras, com percentuais bastante significativos, chegando a relatos de 40% de estudantes em escola privada, em 60% da fonte de renda dos responsáveis.

Esse fluxo internacional para educação e trabalho, embora cotidiano na fronteira, é um desafio. Há empresas que fazem o transporte coletivo em ônibus, vans, assim como carros e motos particulares, carecendo de mais e melhor conexão para atendimento do fluxo. As fiscalizações, ou falta delas, a não existência de transporte público em horários não comerciais ou a redução da oferta de transporte nos finais de semana são indicativos dessa questão, além dos bloqueios e das operações “tartaruga” que dificultam com frequência a mobilidade nas fronteiras.

Bilinguismo e Multilinguismo: foco na educação básica

O tema do bilinguismo ou multilinguismo nas instituições de ensino da fronteira também se mostra como um desafio. Seja pela falta de planejamento transfronteiriço a respeito, seja como expressão de um elemento cultural cotidiano, o tema transita entre limitações e acomodações das pessoas que vivem a fronteira.

As entrevistas realizadas nas escolas municipais de Foz do Iguaçu demonstram previamente que o processo de compreensão e de acolhimento de alunos imigrantes tem passado recentemente por formalização. O movimento de identificação de alunos cujo primeiro idioma não é o português e de migrantes nas escolas partiu de solicitações das universidades ao poder público municipal de Foz do Iguaçu. Os projetos Escolas de Fronteira, de âmbito nacional, e, posteriormente, Pedagogia de Fronteira, de âmbito local e articulado desde a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), foram os precursores da preocupação por identificar estudantes do ensino básico de Foz do Iguaçu que não tinham como idioma materno o português. Isso se deu apenas na segunda metade da última década (TALLEI, 2019; DINIZ-PEREIRA; TALLEI, 2021).

A questão também aparece no Ensino Superior. Webber (2018), em sua pesquisa de campo sobre os alunos de medicina brasileiros no Paraguai, aponta que na faculdade em que pesquisou “[...] em toda a grade, não há disciplina de Espanhol, nem mesmo durante o curso preparatório, a *nivelación*, como colocado no folder de divulgação do curso” (WEBBER, 2018, p. 115). Apesar disso, há oferta de Guaraní, um dos idiomas oficiais do Paraguai, que de acordo com funcionários da referida



universidade é ofertado em atendimento à legislação paraguaia que elenca o guarani como componente cultural do país (WEBBER, 2018). Já a UNILA é uma universidade bilíngue, única nessa modalidade no país, que tem no ciclo comum de todos os cursos de graduação a proficiência em português e espanhol – o que pode facilitar, inclusive, o reconhecimento de diplomas para egressos que saem do país.

Reconhecimento de Diplomas: desafio (sobretudo) da educação superior

Outro fator é o que diz respeito ao reconhecimento de diplomas estrangeiros. Como há um maior trânsito de pessoas de diversas nacionalidades pela região, devido não só à localização fronteiriça, mas, também, à presença da UNILA e ao polo de faculdades de Medicina do Paraguai, o tema ganha um peso maior.

Fernández (2021) indica que o tema ganha especial aprofundamento a partir de 1990, com a intensificação dos blocos de integração regional, como o Mercosul. Nesse sentido, referente ao Brasil e ao Paraguai, a autora demonstra que são dois dos poucos países do Mercosul que aceitam diplomas tanto em espanhol como em português, embora cada um dos países tenha mecanismos distintos de aceitação.

Segundo a autora, no Brasil, existem duas formas de reconhecimento de diplomas de ensino superior, por meio de uma plataforma específica para o reconhecimento de diplomas e por meio de universidades não vinculadas à plataforma, mas que podem emitir os reconhecimentos devido à autonomia que as instituições de ensino superior públicas brasileiras têm. Os diplomas de graduação só podem ser revalidados por universidades públicas, enquanto diplomas de pós-graduação podem ser reconhecidos por instituições públicas ou privadas.

Já no Paraguai, há possibilidade não apenas de reconhecimento dos diplomas, mas, também, de homologação deles. A primeira é de responsabilidade do Ministério de Educação e Ciências (MEC), enquanto a segunda é de responsabilidade do Conselho Nacional de Educação Superior (CONES). Em ambos os casos, as instituições enviam solicitação de análise para alguma instituição de ensino superior.

A livre circulação de trabalhadores, meta do MERCOSUL, deverá preceder ao reconhecimento de diplomas intrabloco de modo parametrizado e fluido, o que poderá facilitar muito, inclusive, o uso dos equipamentos educacionais de um lado e de outro da fronteira. Mas algumas exceções facilitadoras para as realidades fronteiriças já poderiam sanear uma parte importante das demandas locais.



Os Acordos Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas do MERCOSUL

Diante de tantos desafios, uma oportunidade de cooperação no âmbito educacional vem se desenvolvendo por meio das propostas apresentadas nos Acordos Sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV).

Atualmente, constam na dinâmica dos países da Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai dois acordos que vinculam as cidades de Foz do Iguaçu, *Presidente Franco*, *Ciudad del Este* e *Hernandarias* como Localidades Fronteiriças Vinculadas (VIEIRA, 2019a). Nesse sentido, para além de temas de cooperação relativos à segurança, mobilidade e saúde, os acordos abordam a temática educacional, principalmente no que diz respeito ao ensino de determinadas disciplinas.

Os Estados Partes promoverão a cooperação em matéria de educação entre as cidades fronteiriças vinculadas, incluindo a formação de docentes, intercâmbio de informações sobre metodologias ativas, flexíveis e inovadoras, com evidências comprovadas de êxito, nas quais os estudantes sejam protagonistas do desenvolvimento curricular, melhores práticas em gestão escolar, além de outros aspectos que possam contribuir com a melhoria da qualidade do ensino nas regiões de fronteira. O ensino das diferentes disciplinas será feito com uma perspectiva regional e integradora. Procurar-se-á destacar os aspectos comum para além dos limites políticos e administrativos, e tentar-se-á ressaltar os fatos positivos que historicamente uniram os povos através das fronteiras, promovendo nos educandos uma visão do vizinho como parte de uma mesma comunidade (ARTIGO VII, 3 DO ALFV; MERCOSUL, 2019).

Tal proposição vai ao encontro de projetos citados anteriormente, como o das Escolas Interculturais de Fronteira e, embora ainda não se tenha observado sua efetivação, aponta para oportunidades de cooperação que podem intensificar as trocas culturais transfronteiriças.

Saúde Pública e Privada na Fronteira Brasil-Paraguai

A mobilização transfronteiriça em saúde é uma tipologia de atendimento caracterizada pelo deslocamento do paciente de um país a outro em busca de serviços de saúde, seja por acessibilidade, disponibilidade, familiaridade, qualidade percebida e tipos de financiamento. Entre países de fronteira com disparidade notável relacionada à área socioeconômica ou de serviços de saúde, acontece essa mobilidade, sendo essa procura espontânea e muito comum nas iniciativas privada e pública (GLINOS *et al*, 2010; ALVES; MARTÍNEZ, 2021). Na região trinacional do Iguaçu, os transfronteiriços



procuram os serviços de saúde públicos e privados do lado brasileiro, decorrente da falta de oferta no próprio país.

Dentre os 11 participantes da pesquisa, 4 entrevistados eram profissionais da saúde dos centros de saúde pública, 5 entrevistados eram de clínicas do setor privado e 2 entrevistados da gestão pública municipal vinculada à Secretaria de Saúde do município. No caso do setor público, os entrevistados estão vinculados ao Hospital Municipal Padre Germano Lauck, Costa Cavalcanti, Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), Secretaria de Saúde e Unidade Básica de Saúde. No caso do setor privado, os entrevistados selecionados foram profissionais da saúde e proprietários ou sócios de clínicas vinculadas à Dermatologia, Obstetrícia, Odontologia, Especialidades Médicas e Radiologia e Ultrassonografia.

Apresentam-se uma parte dos resultados das entrevistas realizadas no presente capítulo. A análise das entrevistas facilitou a agrupação das falas em quatro categorias principais: o trânsito transfronteiriço em saúde, as características dos pacientes transfronteiriços, os obstáculos e as oportunidades percebidas na região transfronteiriça.

Trânsito transfronteiriço em saúde entre Brasil e Paraguai

Os entrevistados relataram um contínuo e grande fluxo de pacientes transfronteiriços, com alta demanda de atendimentos nas áreas pública e privada. Entretanto, os usuários dos serviços públicos procuram atendimento de caráter curativo e pontual, sem atividades preventivas. Já no privado, são pacientes tanto eventuais quanto regulares que, com periodicidade, realizam exames de rotina anuais.

No setor privado, a grande maioria é paciente atendido em consulta particular e um número muito reduzido tem convênio ou plano de saúde privado. Além dos trabalhadores paraguaios que usam o plano de saúde vinculado à binacional Itaipu. “[...] Recebemos um grande fluxo de pacientes, principalmente do Paraguai. Desses, em geral, um percentual muito pequeno tem convênio brasileiro e um grande percentual deles é paciente que vem de maneira particular” (Pr1).

No setor público, o paciente acessa aos serviços públicos do Sistema Único de Saúde (SUS) de maneira gratuita. Contudo, em ambos os setores, os motivos da procura dos serviços são a falta de oferta de serviços, a qualidade do serviço e a proximidade dos serviços para ambos os setores, o que pode ser percebido na fala a seguir.



Desenvolvimento regional transfronteiriço: desafios da saúde e educação

Gilson Batista de Oliveira, Gustavo Oliveira Vieira, Manoela Marli Jaqueira, Petterson Eduardo Souza Gherlandi, Virginia Ruiz de Martín Esteban Martínez

[...] no Brasil, em geral, a gente tem um desenvolvimento médico-científico mais avançado do que no Paraguai, então isso é conhecido em ambos os lados e acaba que as demandas mais específicas, ou quem busca atendimento mais diferenciado, acaba se deslocando para o Brasil, com foco em Foz do Iguaçu por ser a localização mais próxima; para adquirir tanto consultas médicas quanto exames laboratoriais e exames de imagem, e procedimentos cirúrgicos (Pr4).

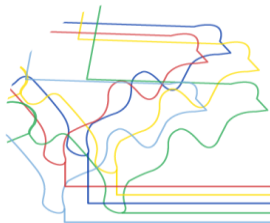
De acordo com Martinez (2020), as causas relatadas da procura e do uso dos serviços de saúde do lado brasileiro são, principalmente, a precariedade e a insuficiente infraestrutura nos serviços de saúde no Paraguai, a menor distância dos centros e a gratuidade no lado brasileiro.

No Brasil, o sistema de saúde pública do município de Foz do Iguaçu oferta mais serviços, e de qualidade, do que nas cidades gêmeas do Paraguai e está composto por equipes de atenção da saúde da família, urgência e emergência nas UPAs, hospitais e serviços (de alta complexidade, via tratamento fora de domicílio, assistência especializada de média complexidade e atenção primária) (ISM, 2018a). Cabem destaque as 32 Unidades Básicas de Saúde, 2 Prontos Atendimentos e 3 Hospitais Gerais (Hospital Ministro Costa Cavalcanti, acreditado com Nível 3 de Excelência e com serviços de alta complexidade, Hospital Municipal e Hospital Cataratas) (CNESNet, 2020).

Características dos pacientes transfronteiriços Brasil-Paraguai

A grande diferença entre os pacientes transfronteiriços que utilizam os serviços públicos e privados é o nível de poder aquisitivo dos sujeitos. Eis, a seguir, 5 características dos pacientes transfronteiriços relatadas pelos entrevistados de ambos os setores:

1. Nacionalidade: Grande parte é brasiguai (brasileiros que moram no Paraguai), argentina e paraguaia, em menor medida. Além disso, há brasileiros que residem no Paraguai e de origem asiática, como libaneses, chineses, coreanos, indianos, entre outros.
2. Gênero: Predomina o público feminino.
3. Profissão: no privado, pertencente principalmente ao ramo do comércio e agronegócio.
4. Renda: no setor privado, os pacientes têm renda alta com alto poder aquisitivo, mas, também, se encontram a classe média e uma pequena fração de classe baixa



que procura atendimento particular com desconto. E no setor público é o oposto, ou seja, baixa ou muito baixa renda.

5. Região: a faixa é de cerca de 300 km dentro do Paraguai, chegando até em Assunção. Outras cidades propriamente “brasiguaias”, como San Alberto, Santa Rita e Santa Rosa, entre outras. E principalmente as cidades gêmeas da região fronteira, Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco e suas proximidades.

Em síntese, os resultados da primeira e da segunda categorias de análise apontaram que os centros privados de saúde recebem alto fluxo de pacientes transfronteiriços, principalmente *brasiguaios* e paraguaios, de bom nível aquisitivo, que usam com regularidade os serviços privados brasileiros, de caráter preventivo e curativo, representando nicho de demanda bem significativo e lucrativo para dito setor no município de Foz do Iguaçu – podendo atingir 50% dos atendimentos. Já, no setor público, os centros recebem, de maneira contínua, também *brasiguaios* e paraguaios, mas de baixo nível aquisitivo, são usuários pontuais ou regulares que procuram de maneira curativa o acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil.

Obstáculos percebidos na Saúde na Fronteira Brasil-Paraguai

Os resultados apontaram obstáculos maiores no setor público, se comparado com o privado. Entre os obstáculos relatados pelos entrevistados do Setor Privado, o mais recorrente é os frequentes atrasos dos pacientes gerados pelos *engarrafamentos* na Ponte da Amizade, sendo que, às vezes, a consulta acaba sendo desmarcada pela impossibilidade de atravessar a ponte. O problema se agrava para o paciente em caso de emergências. Outro obstáculo importante é a falta de convênio privado para alguns desses pacientes, o que faz com que alguns serviços ou procedimentos se encareçam e, portanto, tornam-se barreira para alguns dos usuários desses serviços privados, influenciando na impossibilidade da continuidade do tratamento por parte da clínica ou centro de saúde.

Com relação aos obstáculos no Setor Público, o acesso aos serviços para os pacientes transfronteiriços é limitado a situações de urgências e emergências no município de Foz do Iguaçu/PR, sendo barreiras para o acesso à falta de posse do cartão SUS e o comprovante de residência no Brasil. Isto gera o uso de “táticas” fronteiriças (NASCIMENTO; ANDRADE, 2018; MARTÍNEZ, 2020), como os comprovantes de residência forjados para o acesso na fronteira.



Para ambos os setores, o idioma é relatado como um desafio em alguns casos, tanto o espanhol quanto outros idiomas, como o árabe, assim, faz-se necessário um intérprete para o atendimento ao paciente.

Conforme Lemões, Berzi e Oddone (2021), entre os obstáculos, ainda, falta o apoio das administrações locais para empreender e manter a cooperação transfronteiriça no âmbito da saúde e programas de cooperação orientados à saúde, promovidas pelo Mercosul ou outros organismos internacionais.

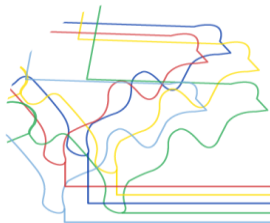
Oportunidades percebidas em Saúde na Fronteira Brasil-Paraguai

No setor privado, uma das oportunidades percebidas é o número significativo de atendimentos a pacientes transfronteiriços. Poucas clínicas ou centros de saúde fizeram o levantamento do número total de usuários procedentes do Paraguai ou dispõem de dados precisos sobre as cidades de residência destes pacientes; muitos entrevistados afirmaram que o número de pacientes é bem expressivo e que varia em função do tipo de procedimento. “[...] Às vezes um no dia, às vezes 5 ou 6 estrangeiros, às vezes nenhum. Às vezes dá 50%, às vezes 70%, têm dias que atende só *brasiguaios*, então é bem variado” (Pr5).

Segundo os entrevistados do setor privado, a receita derivada desses atendimentos é significativa, representando porcentagens bem altas, em alguns casos, de até 50 ou 60% do total das receitas mensais. Para outras clínicas ou centros, a receita advinda de atendimentos transfronteiriços representa entre 10% e 20% da receita total. Todos os entrevistados relataram a queda de receitas durante a pandemia devido ao fechamento das fronteiras.

[...] A gente consegue crescer mais profissionalmente porque a gente consegue se dedicar mais para um público privado, então a gente acaba tendo uma remuneração muito melhor por conta desse público e acaba podendo não depender tanto de planos de saúde que acabam deixando a gente mais refém do sistema (Pr4).

Outra oportunidade relatada é a possibilidade de expansão de clínicas ou centros de saúde e a criação de filiais no Paraguai, já que os centros de saúde se encontram longe da faixa de fronteira ou somente na capital de Assunção. Assim, a criação de novos convênios ou parcerias pode favorecer o acesso para esses pacientes do Paraguai e da Argentina sem acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS).



No setor público, o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas (ALFV) é relevante potencial que pode vir a ampliar este direito de acesso aos serviços públicos de saúde e diminuir as assimetrias e disparidades no atendimento à saúde em um lado e outro da fronteira (MERCOSUL, 2019). O artigo III, sobre “Direitos Concedidos”, dispõe que:

[...] los Estados partes podrán conceder otros derechos que acuerden, bilateral o trilateralmente, incluso atención médica en los sistemas públicos de salud fronterizos en condiciones de reciprocidad y complementariedad (MERCOSUL, 2019, p. 5).

De modo que as instituições públicas deverão colaborar com seus homólogos nos governos locais, coordenados pelas autoridades estaduais ou provinciais, por meio dos respectivos organismos nacionais, para a realização de acordos para o atendimento em saúde da população e os trabalhos conjuntos na área da saúde pública, especialmente na prevenção e no combate a enfermidades e vigilância epidemiológica e sanitária (MERCOSUL, 2019).

Cabe ressaltar as iniciativas existentes de cooperação transfronteiriça, a exemplo do Centro Materno Infantil, destinado a gestantes *brasiguaias* oriundas do Paraguai, a Unidade Básica de Saúde (UBS) de Jardim América, com atendimento, também, para paraguaios e à comunidade brasiguai, o Grupo de Trabalho para a Integração das Ações em Saúde da Itaipu (GT – Itaipu Saúde) e a Casa do Migrante e o acesso aos serviços de educação e saúde (MARTÍNEZ, 2020). Contudo, estas iniciativas parecem ser ainda insuficientes com a exigência de implementação de novos acordos bilaterais, a partir dos acordos para Localidades Fronteiriças Vinculadas do Mercosul (2019), capazes de atender os altos fluxos de demanda atuais na região.

Sobre a percepção das oportunidades e obstáculos na região, fica evidente os resultados diametralmente contrapostos entre o setor público e privado. Enquanto os profissionais da área privada relataram mais oportunidades que obstáculos na região transfronteiriça, com possibilidades de expansão dos negócios atuais, os profissionais da saúde pública relataram mais obstáculos que oportunidades na região transfronteiriça, representando um desafio para a gestão da saúde pública do município de Foz do Iguaçu/PR. Contudo, observa-se que a insuficiente cooperação em saúde, em ambos os setores, prejudica o paciente transfronteiriço, que vê limitadas, em alguns casos, as possibilidades de acesso a serviços públicos e privados.



Considerações finais

Na Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai, a interdependência dos habitantes das cidades de Foz do Iguaçu (Brasil), *Ciudad del Este*, *Presidente Franco* e *Hernandarias* (Paraguai) caracterizam uma região única, com intenso fluxo de comércio, renda e serviços. As áreas de Educação e Saúde são exemplos claros disso, pois os deslocamentos cotidianos em busca de serviços nessas áreas não respeitam limites ou fronteiras legais.

Na pesquisa e nas entrevistas, ficou evidente a importância das relações cotidianas para geração de renda nas áreas da Educação e da Saúde, bem como propiciar melhor qualidade de vida para as pessoas da região transfronteiriça.

Na área da Educação, a presença crescente de estudantes paraguaios, tanto na rede pública quanto na rede privada, na cidade de Foz do Iguaçu revela a necessidade de maior atenção da Secretaria Municipal de Educação para manter a qualidade do serviço prestado, bem como sugere a necessidade de ampliar a cooperação com as cidades paraguaias vizinhas.

Na área da Saúde, o deslocamento do paciente transfronteiriço de um país a outro, em busca de qualidade, proximidade dos serviços e melhor preço, se dá na rede pública (hospitais e urgências e emergências) e na rede privada, principalmente especialidades clínicas, exames clínicos e procedimentos cirúrgicos. A rede pública de Foz do Iguaçu atende os habitantes com renda mais baixa que atravessam a fronteira em busca de atendimentos de gratuidade ou porque possuem estruturas precárias ou inexistentes em seus territórios. Já a rede privada, segundo estimativas dos entrevistados, atende os habitantes transfronteiriços de renda média e alta, cujo fluxo afeta positivamente o faturamento dos prestadores de serviços e o crescimento econômico dessa área.

Contudo, observa-se a necessidade de criação e de aumento das relações transfronteiriças a partir de parcerias, convênios públicos e privados, intercâmbio de profissionais entre instituições fronteiriças nas áreas da Saúde e da Educação. Além disso, falta conhecimento por parte dos agentes dos acordos e cooperações transfronteiriças já existentes, a exemplo do Acordo de Localidades Vinculadas Fronteiriças do Mercosul que pode facilitar as relações cotidianas e melhorar a cooperação nas cidades da Região Transfronteiriça Brasil-Paraguai.



Referências

- ALVES, T. A. L.; MARTÍNEZ, V. R. M. Fronteiras e Saúde: garantias e acesso aos serviços públicos de saúde dos fronteiriços nos municípios de Foz do Iguaçu (BR) e Ciudad del Este (PY). In: XVIII Congresso Internacional Fomerco Mercosul, 2021, Online. **Anais...** 30 anos do Mercosul: desafios e trajetórias, 2021. Disponível em: <https://www.congresso2021.fomerco.com.br/site/anais>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 maio 2016. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- COSTA, F. F.; SCHNEIDER, M. B.; GABRIEL, F. B. A.; OLIVEIRA, G. B. Lei de Maquila: Impactos no Desenvolvimento Econômico do Paraguai de 2003 a 2018. **Informe Gepec**, v. 24, p. 162-179, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/24064>. Acesso em: 13 abr. 2022.
- DINIZ-PEREIRA, J. E.; TALLEI, J. I. A dimensão da formação permanente de docentes que atuam nas escolas de fronteira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 4, p. 2263-2278, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16i4.14941. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14941>. Acesso em: 13 dez. 2021.
- DRUMMOND, P. **Terrorismo na Tríplice Fronteira e a Segurança nas Fronteiras**. 2019. Disponível em: <https://historiamilitaronline.com.br/index.php/2019/01/16/terrorismo-na-triplice-fronteira-e-a-seguranca-nas-fronteiras/>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- FERNÁNDEZ, P. D. Integración educativa en el MERCOSUR: Normativa y experiencias. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Sociales**, [S. l.], n. 22, p. 37-65, 2021. Disponível em: <https://ceiso.com.ar/ries/index.php/ojs/article/view/65>. Acesso em: 26 abr. 2022.
- FEITOSA, T. V. N.; MARTINS, W.; JAQUEIRA, M. M. O acesso à saúde em região fronteira: a tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai em meio à pandemia do coronavírus. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 4, p. 28-41, 2020. Disponível em: <https://zenodo.org/record/4158985#.YnEdw2jMK1s>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- GLINOS I. A.; BAETEN R.; HELBLE M.; MAARSE H. A Typology of Cross-Broder Patient Mobility. **Health & Place**, v. 16, n. 6, p. 1145-1155, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1353829210001085?via%3Dihub>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- GHERLANDI, P.; AGUIAR, A. B. Instituto Poloiguassu: ator paradiplomático da Região Trinacional do Iguaçu. **Revista Alamedas**, v. 9, p. 156-178, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/alamedas/article/view/26899>. Acesso em: 03 maio 2022.



Desenvolvimento regional transfronteiriço: desafios da saúde e educação

Gilson Batista de Oliveira, Gustavo Oliveira Vieira, Manoela Marli Jaqueira, Petterson Eduardo Souza Gherlandi, Virginia Ruiz de Martín Esteban Martínez

H2FOZ. Cursos de medicina criam polo brasileiro no Paraguai. **H2FOZ**, Foz do Iguaçu, 18 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/reportagem-especial/cursos-de-medicina-criam-polo-brasileiro-no-paraguai/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INE – Instituto Nacional de Estadísticas, 2019. Disponível em: <https://www.ine.gov.py/>. Acesso em 20 ago. 2021.

LEMÕES, M. A. M.; BERZI, M.; ODDONE, N. Obstáculos a la movilidad de pacientes en las zonas fronterizas del MERCOSUR: una tipología. **Revista MERCOSUR de Políticas Sociales**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 49-73, jun. 2021. ISSN 2663-2047. Disponível em: <https://revista.ismercosur.org/index.php/revista/article/view/128>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MARTINEZ, V. R. de M. E. **O acesso dos usuários transfronteiriços paraguaios aos serviços públicos de saúde no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná, 2020.

MERCOSUL. Decreto nº 13, de 4 de dezembro de 2019. **Acuerdo sobre Localidades Fronterizas Vinculadas**. Consejo del Mercado Común, Bento Gonçalves, 04 dez. 2019. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/acuerdo-localidades-fronterizas-vinculadas/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MONSORES, C. O.; OLIVEIRA, G. B. A Lei de Maquila e a atração de empresas brasileiras para o Paraguai. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 9, p. 396-424, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/10524>. Acesso em: 27 abr. 2022.

NASCIMENTO V. A.; ANDRADE, S. M. O. As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai. **Revista Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, ano 24, n. 50, p. 181-214, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v24n50/1806-9983-ha-24-50-181.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

OLIVEIRA, G. B.; SOUZA-LIMA, J. E. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

OLIVEIRA, T. A.; HLENKA, V. Educação em Foz do Iguaçu: grande berço da diversidade cultural. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, Medianeira, v. 8, n. 17, 2017.

ODDONE, C. N. **La Paradiplomacia Transfronteriza de los Gobiernos Locales en el MERCOSUR (2003-2013)**: una aproximación teórica y práctica. Tese de Doutorado do Departamento de Direito Internacional Público, Relações Internacionais e História do Direito. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2015.

ROLIM, C. F. C. Restruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de economia regional e urbana. **Texto para discussão**. Curitiba: PPGDE/UFPR, 1999.

RUIZ, O. O ir e vir: as relações fronteiriças (México e EUA). **Revista O Olho da História**, n. 3, dez. 1996.



Desenvolvimento regional transfronteiriço: desafios da saúde e educação

Gilson Batista de Oliveira, Gustavo Oliveira Vieira, Manoela Marli Jaqueira, Petterson Eduardo Souza Gherlandi, Virginia Ruiz de Martín Esteban Martínez

TALLEI, J. I. Pensando una pedagogía de frontera desde la ciudad de Foz de Iguazú, Brasil. **Revista MERCOSUR de Políticas Sociales**, [S. l.], v. 3, p. 156-164, dic. 2019. Disponível em: <http://revista.ismercosur.org/index.php/revista/article/view/41>. Acesso em: 15 dez. 2021.

UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Painel Integrado de Indicadores e Informações Institucionais**, publicado em 29 de março de 2022. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/acessoainformacao/painel-integrado>. Acesso em: 15 abr. 2021.

VIEIRA, G. O. Integração Transfronteiriça a partir das “Localidades Fronteiriças Vinculadas”: considerações sobre a Integração Argentina-Brasil. In: LUDWIG, F. J.; BARROS, L. S. (Orgs.). **(Re)Definições das Fronteiras: velhos e novos paradigmas**. Foz do Iguaçu: IDESF, 2019a.

VIEIRA, G. O. Integração Transfronteiriça: Resignificar Sentidos, com “novos” atores. **Revista da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL**, ano 7, n. 13, p. 15-32, 2019b.

WEBBER, M. A. **Estudantes brasileiros de medicina em Presidente Franco (PY): motivações e tensões de um fluxo universitário transfronteiriço**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58251>. Acesso em: 25 abr. 2022.